



DECRETO LEGISLATIVO N° 555 DE 28 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação da COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian.

O Presidente da Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian, no uso de suas atribuições legais, D=E=C=R=E=T=A:

D=E=C=R=E=T=A:

Art. 1º- Este Decreto Legislativo dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação da COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian.

Parágrafo único. As medidas de que trata este Decreto vigorarão a partir do dia 1º de julho até o dia 31 de agosto de 2021, podendo ser prorrogadas por 30 dias em caso de evolução do quadro epidemiológico, através de Ato da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 2º- Ficam restringidas as atividades legislativas do Plenário aos Vereadores e ao mínimo de servidores do Poder Legislativo.

Art. 3º- Ficam suspensos o atendimento ao público e a execução de serviços internos e externos, exceto aqueles que se manifestem de extrema necessidade para o Poder Público. Serão realizados, quando necessários, somente os trabalhos internos essenciais da Casa, com carga horária reduzida, quando possível.

§ 1º- Apenas terão acesso à Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian os Vereadores, os servidores e terceirizados que desempenham atividades estritamente necessárias, entendendo-se como tais aquelas que não puderem ser adiadas.

EMBRAGO

EMBRAGO

EMBRAGO

Alexandre da Costa Simões
AGENTE LEGISLATIVO
Matr. 1

§ 2º- É obrigatória a redução do quantitativo de pessoas num mesmo ambiente, devendo haver escala de trabalho nos ambientes utilizados por mais de um agente público.

§ 3º- Sempre que possível, a execução dos trabalhos desta Casa por servidores e terceirizados dar-se-á sob o regime de teletrabalho (*home office*).

§ 4º- É obrigatório o uso de máscara de proteção pelos Vereadores, servidores, terceirizados e qualquer outra pessoa que venha adentrar nas dependências desta Casa Legislativa.

Art. 4º- Alguns servidores e terceirizados poderão ser convocados para exercerem suas atribuições, de acordo com o interesse público, com carga horária reduzida, desde que não façam parte do grupo considerado de risco pela Organização Mundial de Saúde.

Art. 5º- Fica suspensa qualquer autorização de afastamento em missão oficial de servidores para locais onde houve infecção por COVID-19, constantes da lista do Ministério da Saúde (MS).

Art. 6º- Fica suspensa qualquer autorização de servidores para participar de cursos presenciais externos.

Art. 7º- Em razão da necessidade de afastamento dos servidores, fica suspenso o ponto eletrônico pelo período que vigorar este Decreto.

Art. 8º- O Presidente adotará as medidas necessárias para manter as exigências do interesse público.

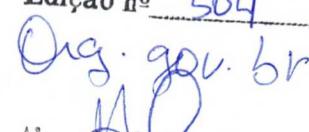
Art. 9º- Fia revogado o Decreto Legislativo nº 541 de 1º de outubro de 2020.

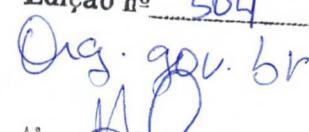
Art. 10- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 11- O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


José Fernando Cheffer
Presidente

PUBLICADO NO
Diário Oficial Eletrônico
Em, 29/06/2021
Edição nº 504


Org. gov. br


Alexandre da Costa Simões
AGENTE LEGISLATIVO
Matr. 1

EMBRANCO

EMBRANCO

EMBRANCO